



# **SEM-TERRAS: UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA DENTRO DE UM BRASIL DESIGUAL**

**SEM-TERRAS: AN EQUALITY SOCIETY WITHIN AN UNEQUAL BRAZIL**

**Rodrigo Eduardo Moreira de Oliveira**

Graduando do curso de Geografia, na Universidade Federal de Alagoas, UFAL.  
[rodrigo.oliveira@delmiro.ufal.br](mailto:rodrigo.oliveira@delmiro.ufal.br)

**Resumo:** Este texto tem o intuito de apresentar a história, as conquistas e os objetivos do Movimento Sem-terra, apresentando uma linha de acontecimentos desse movimento, desde acontecimentos anteriores que resultaram em sua formação, no intuito de garantir o direito à terra e melhores condições para os trabalhadores rurais do campo, como também suas ações em nível regional e nacional. Neste artigo, o Movimento Sem-terra é apresentado em toda sua luta, desmitificando uma imagem “errada” que as pessoas têm desse movimento, com dados oficiais e outros dados colhidos ao longo de sua história, como também as dificuldades e ameaças enfrentadas.

**Palavras-chave:** Sem-terra; Movimento; Brasil; Reforma Agrária; Campo.

**Abstract:** This text aims to present the history, achievements and objectives of the Movimento Sem-Terras (Landless Movement in English), presenting a line of events of the movement since previous events that resulted in the formation of the movement, as well as its actions at regional and national level in order to guarantee the land rights and better conditions for rural workers. In this paper, the movement is presented in all its struggle, demystifying the fallacious image that people have created of the movement, with official data and data collected throughout its history by the movement as well as the difficulties and threats faced by the Sem Terra Movement.

**Keywords:** Sem-terras: Movement: Brazil: Agrarian Reform, Countryside.

## **Introdução: a formação do MST e sua luta por uma reforma agrária justa e igualitária**

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, também conhecido como MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região Centro-Sul do país, e aos poucos se expandiram pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje, o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional, realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Na visão da classe dominante, os sem-terras sempre foram relacionados à desordem, à baderna e a tudo que não tem valor em relação ao campo. É possível dizer que grande parte da classe dominante procura espalhar essa imagem como uma forma de minar o apoio da população ao movimento. Sobre isso, Romão (2002) argumenta que

Quando os camponeses se organizam e ameaçam produzir mudanças, a formação discursiva dominante passa a desqualificá-los de diversas formas (...) em um movimento de apagamento e exclusão, da minoria à baderna, sempre afirmando um movimento de predição negativa. Em intensidade igual\tentativa de apagamento, a formação discursiva dominada resiste sob impacto da violência e do silenciamento. Pela intervenção da historicidade, os sentidos de indignação e luta pela terra sempre escorreram e encontraram representação na voz de líderes religiosos. Os ecos desse discurso se condensam no MST com grande intensidade (ROMÃO, 2002, p. 168-169).

Mas, primordialmente, é importante saber e conhecer os objetivos do movimento. O MST é um movimento social que surgiu oficialmente em 1984, inclusive um ano que o País estava passando pelo processo de democratização, depois de 20 anos de ditadura, período em que aumentou a desigualdade com a perseguição a movimentos sociais a favor da reforma agrária, como as Ligas Camponesas, que, por terem o apoio do partido comunista, foram perseguidas pela ditadura e proibidas, tendo seu número diminuído. As Ligas continuaram funcionando na clandestinidade e deram origem ao movimento dos Sem-terras. Sobre as Ligas, Silva (2003) nos diz que

Somente a partir de 1940 é que constatamos uma maior organização dos camponeses por meio de associações e de ligas camponesas, tendo como agente o Partido Comunista Brasileiro. [...] as sedes das organizações de classes rurais eram interpretadas como perigosas à ordem estabelecida no campo e, como tais, eram imediatamente fechadas. Um dos objetivos do Estado era impedir qualquer tipo de aproximação entre os diferentes segmentos sociais, fossem estes do campo ou da cidade. Esta postura explica

o representativo número de prontuários referentes a estas associações, dentre as quais cabe citar: [...] a Liga Camponesa de Lins e a Liga Camponesa de Santo Anastácio. Estas últimas foram organizadas no interior do estado de São Paulo em 1946 e logo reprimidas pelas autoridades policiais locais (SILVA, 2003, p. 28).

Nesse sentido, o MST, então, surgiu como uma forma de continuar a luta das ligas camponesas e tentar cumprir a Constituição Federal, que, através do Estatuto da terra, garantia função social da terra, garantida desde 1964. Esta Lei garante à terra um valor humano, não econômico, passando a terra a ser considerada um bem indispensável para a vida humana. Nesse aspecto, o Estatuto da terra surgiu para reforçar a função social da terra. Segundo seu artigo 186, qualquer propriedade agrícola deve cumprir os seguintes requisitos no Brasil:

- a) aproveitamento racional e adequado;
- b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- c) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e
- d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Nesse propósito, nos dias atuais, o MST se encontra presente em 25 estados do País, fazendo-se presente em busca de uma reforma agrária justa e cobrando das autoridades fiscalização e rigor contra grandes latifundiários que não cumprem com as exigências do Estatuto.

### **A luta do MST no estado de Alagoas**

Nessa luta, um desses Estados em que o MST se faz presente é o estado de Alagoas, no qual há diversos assentamentos e ocupações. Todavia, o movimento não se encontra presente apenas nessas ações. No assentamento Maria Bonita, às margens da rodovia AL 220, a 10 quilômetros da cidade de Delmiro Gouveia, foi fundada a primeira agroindústria para escoamento de suas produções. Esse estabelecimento trabalha com o beneficiamento de frutas de outros assentamentos da região, produzindo doces variados, livres de conservantes e agrotóxicos, algo difícil, se considerarmos que esses assentamentos estão em uma área semiárida. Mas, mesmo assim, o assentamento tem um compromisso com a economia sustentável, buscando na produção prejudicar o mínimo possível o ecossistema da região.

De acordo com o MST/AL, mais de mil famílias do estado são beneficiadas pelo projeto, que é uma parceria entre o MST e a Cooperativa de Produtos Agropecuários da Reforma Agrária no Sertão (CooperaSertão). Essas famílias revendem sua produção para feiras locais e supermercados. Segundo o coordenador do movimento, o objetivo deles é que esses produtos alcancem os mercados “Institucionais”, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um programa do Governo Federal destinado às escolas públicas para garantir uma alimentação saudável para as crianças do ensino público, e também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como objetivo atingir a parcela da

população que faz parte do grupo que passa por insegurança alimentar, não possuindo certeza se terão algo para comer no dia.

Indiretamente, o movimento dos sem-terras é responsável por milhares de empregos diretos e indiretos no Estado, sendo parte desses empregos gerada na segunda maior feira e a mais antiga do País, que é uma feira realizada no mês de setembro, há mais de 20 anos, em Maceió, com o objetivo de expor os frutos gerados dos pequenos produtores do movimento Sem-terra em todo o Estado. Seus alimentos são sem conservantes e agrotóxicos, possibilitando uma alimentação mais saudável. Os assentamentos locam carros para o transporte dos produtores e seus produtos para feira, quando esses assentamentos se encontram próximos à capital. Contam com a ajuda da Pastoral da terra, que loca caminhões para trazer agricultores, quando estão em cidades mais distantes.

A Universidade Federal de Alagoas está presente nesta luta, pois os alimentos de todos os restaurantes universitários dessa Instituição de Ensino Superior são fornecidos por produtores da agricultura familiar. No ato da assinatura do contrato, em 2018, o Presidente de uma das associações, Juliano Santos (2018), disse: “É um sonho e uma realização para o pessoal da nossa cidade, pois lá não estávamos conseguindo vender nossos produtos, nem ter visibilidade, e com esse contrato vamos passar a existir e a vender mais”.

### **A Luta dos trabalhadores Rurais por um Brasil mais justo**

Nessa discussão, é importante compreendermos que desde a sua fundação, o Brasil sempre foi formado através de concentração de terras, desde as capitânicas hereditárias, passando pelas sesmarias e chegando até o atual modelo de agronegócio exportador. Ao longo dos anos, essa situação se perpetuou por mais de 4 séculos, vindo a ser alterada sutilmente com a aprovação do Estatuto das terras. Todavia, a agricultura familiar sempre foi negligenciada pelo poder público, até o momento do crescimento da população e o êxodo rural da década de 1960 e 1970, causado principalmente pela seca no Nordeste, com a qual se estima que dos 11 milhões, que migraram para o Sul-Sudeste, 46% sejam do Nordeste. Isso significa que quase 1/3 da população nordestina abandonou suas terras para tentar um futuro melhor, principalmente no Sudeste. Em vista disto, Camarano e Abramovay (1996) argumentam que

Os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural. Em termos de distribuição da população brasileira por áreas rurais e urbanas, tem-se observado uma concentração progressiva e acentuada da população nas áreas urbanas, notadamente nas grandes cidades. Em 1940, 31% da população brasileira residiam nos quadros urbanos. (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998, p. 4).

Assim, devido ao declínio da população rural, o modelo latifundiário começou a não ser capaz de suprir toda a necessidade do País. Com isto, foi preciso procurar uma nova alternativa para preencher essa lacuna na produção. Pensando nisto, foi, então, criado o Estatuto da terra com o *status* de função social. Ou seja, nele, a terra não poderia ficar parada, precisaria a todo momento estar produzindo. Todavia, essa perspectiva sofreu grande resistência da própria ditadura, pois as ligas camponesas por serem orientadas e financiadas pelo partido

comunistas foram consideradas ilegais, até meados da década de 1980. Mas, com a abertura para a redemocratização, movimentos sociais como os sem-terras, puderam continuar lutando pelo direito de o trabalhador rural ter sua terra para plantar. De acordo com Fernandes (2001),

Um movimento sócio-territorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E o realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo sócio-espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra [...] são os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores [...] a organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência [...] (FERNANDES, 2001, p. 52-53).

Todavia, apesar de uma mudança de parâmetro na ótica da produção, os grandes latifundiários permaneceram sendo apoiados pelo Estado. Devido a isto, o movimento dos sem-terras passou a ter como função social não apenas mais garantir terras para seus membros e sim lutar contra o próprio sistema econômico. A sociedade atual exige que se venda sua força de trabalho e com isso o lucro fica com os detentores dos meios de produção, ficando o trabalhador com uma parte ínfima do fruto do seu trabalho. Nesse sentido, o sistema precisa que exista uma força braçal disponível para ocupar suas vagas em suas fábricas. Mas, quando o trabalhador tem seu pedaço de terra, ele fica com o que produz, vendendo parte dos produtos apenas para garantir suas outras necessidades. Logo, um trabalhador independente vai contra todo o sistema. Sobre isto, Oliveira (1991) diz que

O capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, a cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 1991, p. 20).

Devido a isso, muitos têm medo de participar do movimento sem-terras, medo por sua vida, medo por sua família, medo até do movimento em si, já que a imprensa por ser um braço do Estado controla e diz o que o povo deve pensar. Com isso, participa junto com a burguesia para criar uma imagem falsa sobre os sem-terras como um grupo arruaceiro, violento, invasor de terra. Assim, não permite que o movimento fique fielmente conhecido. Desse modo, as lutas colocam a família em situação de vulnerabilidade diante da truculência dos senhores de terras e do silêncio do poder público.

### **A violência no Campo e o descaso do Estado Brasileiro com a vida dos trabalhadores sem-terra**

Na discussão acerca do MST, é importante compreendermos que o Brasil possui uma das maiores faixas de terras férteis do mundo. Logo, é de se esperar que exista uma gama enorme de grupos que explora estas terras. Podem ser citados grupos como sem-terras, garimpeiros, índios, seringueiros, varzeiros, lavradores e latifundiários, que são os grupos que possuem um poder de força maior e que muitas vezes são os que controlam a política da região, sendo o principal antagonista dos pequenos grupos. Sobre essa diversidade de grupos na exploração da terra, Santos (1999) diz que

(...) é necessário proceder a uma análise das transformações das relações sociais no espaço agrário: análise das principais classes – burguesia agrária: latifúndio e empresários; campesinato e produtores familiares; trabalhadores rurais, permanentes e temporários – e de sua diversidade; das frações de classe, grupos sociais e categorias sociais (definidas por profissão, gênero ou etnia), com ênfase nos processos de formação, diferenciação e transformação das classes sociais no espaço social agrário, com análise de suas práticas, trajetórias e representações simbólicas (SANTOS, 1999, p. 33)

Com isso, conflitos são normais. Mas, devido ao seu poder, muitas vezes o agronegócio trata esses pequenos grupos com violência, fato que pode ser notado graças à Comissão da Pastoral do Campo (CPT), que registra os dados dos conflitos no campo desde 1985, registrando diversos ataques contra esses pequenos grupos, contando com 1.438 conflitos no campo entre 1985 a 2017, resultando em um total de 1.904 vítimas. Destes casos, apenas 113 foram julgados, o que corresponde apenas a 8% do total.

O MST por ser um movimento mais abrangente, estando presente na maioria dos Estados, tem um histórico maior de conflito com os senhores de terras, contando em sua história diversas chacinas. Entre elas, podemos citar o massacre de Corumbiara, Roraima, que resultou na morte de 9 trabalhadores, incluindo uma criança. O Segundo massacre registrado com projeção nacional foi em 1996, no Pará, mais conhecido como o massacre do Eldorado dos Carajás, que resultou na morte 19 trabalhadores e 37 feridos, e não menos importante teve o massacre de Felisburgo, em Minas Gerais, que teve um saldo de 5 mortos e 20 feridos. Decorrendo sobre a violência policial e omissão e cumplicidade das autoridades, o professor Barreira (1999) fala que

A participação e a ação da Polícia Militar no massacre do Eldorado dos Carajás não é um caso isolado e único, fazendo já parte do lado cruel e pitoresco da nossa história. No meio rural, as milícias privadas dos grandes proprietários de terra, formadas por jagunços e pistoleiros, confundiam-se sistematicamente com as polícias locais: nas ações e nas ordens. As ordens eram emitidas indiscriminadamente pelos chefes políticos, coronéis-proprietários de terra ou comandos das polícias locais. Todos se colocavam como defensores e representantes da ordem. Nas ações, uma possível separação entre a defesa dos bens públicos e dos bens privados era minimizada. (BARREIRA, 1999. P. 4)

Vale ressaltar que esses massacres merecem destaque porque não foram capangas dos senhores de terras que mataram esses trabalhadores ou não houve

nenhuma forma de provocação do movimento. Ao contrário, esses massacres foram feitos pelo próprio Estado, representado por sua força armada, a mando de prefeitos, que obedeciam a ordens da velha oligarquia, que ainda resiste em nosso país. Como exemplo, temos o Massacre de Eldorado do Carajás, no qual 21 pessoas foram mortas e 69 feridos por força conjunta de 3 batalhões policiais das cidades vizinhas. Nas autopsias dos corpos, foi identificado que, dos 21 mortos a queima roupa e torturados com suas próprias ferramentas de trabalho por policiais, na maioria das vítimas não tinha identificação nem de nome ou patente, algo totalmente ilegal, segundo a constituição brasileira.

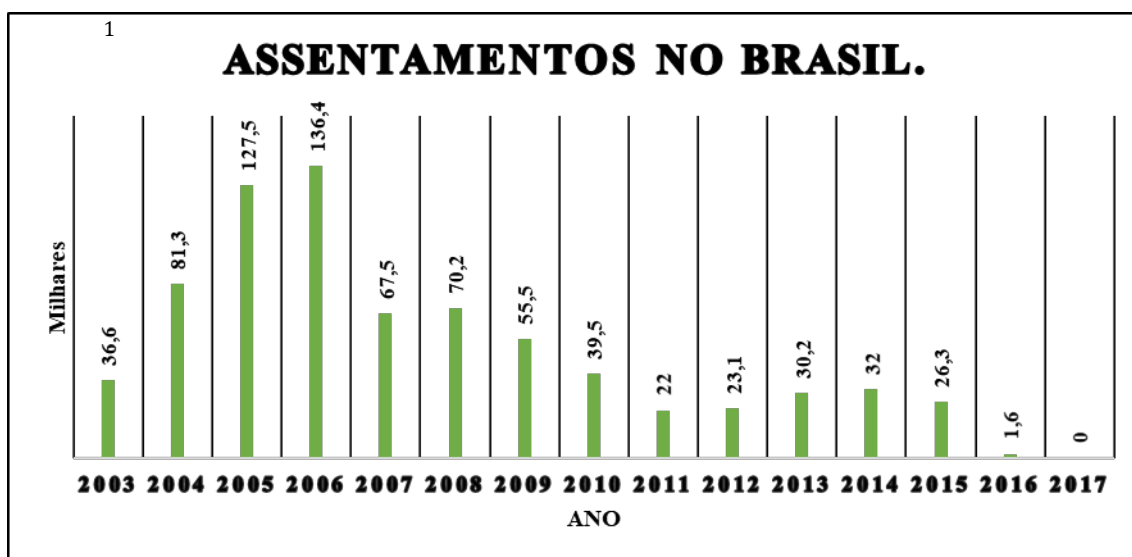
### O histórico de conquistas do Movimento dos sem-terras

O Brasil é um dos lugares do mundo com a maior concentração de terras do mundo, conforme já apontamos, sendo evidenciado isso pelo IBGE, quando destaca que 45% das terras rurais estão nas mãos de 1% dos proprietários rurais, sendo os homens proprietários de 95% dessas terras, evidenciando a pouca presença da mulher na área rural. Isto nos coloca nos últimos patamares de igualdade de gênero no campo.

Frente a essa situação, o MST, então, surgiu como uma força popular para combater essa desigualdade e tornar o campo mais igualitário, lutando contra o estado, lutando contra as oligarquias e obrigando os governos a tomarem um posicionamento em relação aos abusos cometidos no campo. Nesse sentido, vejamos abaixo um gráfico com dados da reforma agrária de 2003 a 2017 em nosso país:

27

**Gráfico 1:** Assentamento no Brasil entre 2003 e 2017



Fonte: G1 e UOL

<sup>1</sup> Hoje o Brasil conta com o total de 88.430.161 hectares ocupados por 9.335 assentamentos e com um saldo de 21.976.011 hectares ociosos à espera da reforma agrária, o que significa um total de 207.103 lotes a espera de serem ocupados, conforme dados obtidos no G1 e no UOL.



O MST surge como uma força que usa as ocupações como armas para fazer a reforma agrária acontecer, que, por mais que as ocupações sejam consideradas invasões por alguns, essa forma se mostra eficaz quando ao longo da história do MST evidencia que apenas 2% da reforma agrária ocorreu de forma pacífica pelo governo. As outras 98% ocorreram graças às ocupações realizadas pelo movimento. Apesar de o governo de FHC ter dito que foi o governo em que mais ocorreu desapropriação para a reforma agrária, devido às clonagens, nas quais o governo pegou desocupações de governos anteriores e colocou como se fosse o deles, tornou-se impossível chegar a um número real da reforma agrária durante aquele governo. Foi no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) <sup>2</sup>que houve um crescimento real da reforma agrária, como mostrado no gráfico acima, tendo sempre números positivos de assentamentos, vindo a cair consideravelmente apenas depois da entrada do governo de Michel Temer, em 2016.

Hoje, graças a luta, o movimento conta com 1,9 milhões de trabalhadores, contando com 90 mil famílias acampadas, espalhadas em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Essa massa de trabalhadores conta com uma gama enorme de brasileiros, trabalhadores rurais, meeiros, boias frias e pessoas da periferia das grandes cidades que querem um pedaço de terra para plantar.

O movimento conta com 100 cooperativas e 96 agroindústrias que trabalham para cumprir com o compromisso do movimento com a sociedade, plantando arroz, feijão, legumes, verduras e produzindo leite e queijo e outros produtos derivados processados sem adicionais químicos em suas agroindústrias. Trabalha de forma coletiva, com todos se ajudando, na produção de alimentos e na construção dos assentamentos, visando a geração de renda no campo e a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores. Hoje, os assentamentos contam com 1.900 associações de trabalhadores.

Essa melhoria de vida pode ser vista nos números, quando se trata de educação. O movimento conta com mais de 2 mil escolas públicas construídas dentro dos acampamentos, 200 mil crianças, adolescentes e adultos com acesso à educação de qualidade, 50 mil adultos alfabetizados, o que modifica a vida dessas pessoas, que quando chegaram ao movimento não sabiam nem assinar o nome. Há cerca de 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores. Nos novos acampamentos, o movimento cria a escola itinerante, que é um prédio feito antes mesmo da moradia, para garantir direito à educação às pessoas do acampamento e também serve como centro de reunião para o movimento. De acordo com Tiepolo (2015),

Nesse sentido, a educação só pode ser entendida como a conquista da própria autonomia, pois não há libertação que se faça com homens e mulheres passivos. A construção da autonomia passa pelo processo de conscientização, ou seja, do desvelamento da realidade por meio do desenvolvimento crítico. Trata-se de um processo contínuo e interminável de tomar posse da realidade, um trabalho de desmistificação e de interrelação dialética entre sujeito-objeto, entre particular- totalidade. (TIEPOLO, 2015, p. 6)

Todavia, mesmo com todas as conquistas que o governo de esquerda trouxe, não se pode dizer que foi tratado de forma justa. Hoje, a agricultura familiar

é responsável por 70% dos alimentos produzidos no País, ficando o agronegócio apenas com 30%, sendo sua produção mais voltada à monocultura e à exportação. Entretanto, o agronegócio sempre recebeu uma atenção desproporcional do estado, ficando no plano safra de 2009/2010 com 93 bilhões de reais de investimento do governo, contra 15 bilhões para a agricultura camponesa. Em 10 anos, esse investimento quase dobrou, ficando 31 bilhões para a agricultura camponesa e 139 bilhões para o agronegócio com.

### **Considerações finais**

A reforma agrária é um sonho distante no Brasil, pois, enquanto os pequenos produtores têm apenas a força de seus braços para lutar, os grandes proprietários de terra estão armados pela lei, com seus advogados caros, protegidos por seus capangas, esperando apenas uma palavra para silenciar mais um trabalhador. Muitas vezes, como se isso não fosse suficiente, esses senhores ditam as eleições em suas cidades, passando a ter total controle do poder público, que muitas vezes finge não enxergar as arbitrariedades cometidas, ou então mandam na polícia, que deveria proteger os oprimidos, mas se torna um braço armado dos grandes latifundiários.

Esta luta tão antiga e atual é uma demonstração clara do sistema, que tenta domesticar o homem, visando torná-lo uma ferramenta dependente do sistema que tomou sua liberdade. A luta do camponês vai além de um pedaço de terra, vai além de moradia, pois é uma luta para ser livre, algo inadmissível para o sistema atual. Mas, para esse sistema não entrar em colapso, é preciso que exista a miséria, como também a concentração do capital nas mãos de poucos, porque é preciso criar uma classe miserável para ser iludida com a falsa ideia de que se ela trabalhar bastante poderá também um dia ficar rico.

Esse artigo serve para nos dar uma dimensão do que é o movimento sem-terra, para além do que nos é mostrado pela imprensa, além do que somos ensinados. Os sem-terra não são um grupo violento. Mas, é preciso sabermos que mudanças nunca vieram da paz e da quietude. Por isso, é através das ocupações que os sem-terra fazem o estado enxergar e o faz colocar a reforma agrária em ação. Em uma sociedade na qual o sistema luta contra a agricultura familiar e que tem um agronegócio que a persegue, que mata indiscretamente, um grupo de pessoas muitas vezes simples se juntar e lutar contra não é apenas uma prova de coragem, é uma prova de amor ao País. Através da sua produção sustentável, através da conscientização da importância da terra, os sem-terra mostram que não lutam apenas por eles, mas por toda a população, já que, quando conseguem, é todo o Brasil que ganha, com mais igualdade e comida saudável nas mesas.

Contudo, como observado, o movimento apenas não garante a terra para quem quiser plantar, também garante direitos básicos que por toda vida viu negada à maior parte da população. Quando se consegue a terra, tem-se acesso à saúde básica dentro do assentamento, acesso à educação aos jovens e adultos, e para os idosos também. No movimento, a educação é usada como uma arma libertadora, pois se aprende que ela não é algo que é lhe dado, mas que se pode usar a educação para ajudar o próximo, como mostrado as mais de 100 parcerias entre o MST e as Universidades Federais pelo País.

Assim, através do MST, a Constituição Federal é colocada em prática, no sentido de que todos são iguais e têm os mesmos direitos e deveres. Através da luta, pouco a pouco o movimento faz a reforma agrária ser colocada em prática, já que infelizmente a concentração de terras voltada para uma única monocultura, diminuindo assim a vida útil da terra, não cumpre o valor social que a Constituição a impõe. Só através da conscientização da população e apoio, o movimento pode ser notado e respeitado pelo estado como um braço da população, como o desejo de todo brasileiro de ser livre, que, além das amarras do sistema, além das amarras da ignorância, passa a total plenitude do seu lugar como sujeito na sociedade.

## Referências

BARREIRA, Cesar, Crônica De **Um Massacre Anunciado Eldorado dos Carajás**, Fundação SEADE, São Paulo, 1999.

BRITO, Ricardo, entenda o Plano Safra 19/20 e o financiamento estrangeiro através de certificados do agro, (online) disponível em <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-agricola/237412-entenda-o-plano-safra-1920-e-o-financiamento-estrangeiro-atraves-de-certificados-do-agro.html#.XmHI0nJKjZ4>, acesso em 06 de fev. 2020

CAMARANO, Ana Amélia ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama nos últimos cinquenta anos**. Texto para Discussão, Nº 621, Rio de Janeiro, Janeiro de 1998.

DOMINGUES, Eliane, vinte anos do MST: a psicologia nesta história, **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582, set. /Dez. 2007

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 285p. 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano, A ocupação como forma de acesso à terra, XXIII **Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington** – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

JESUS, Nathane Gomes de. Reforma agrária no Brasil e a função social da propriedade. [online]. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/194036/reforma-agraria-no-brasil-e-a-funcao-social-da-propriedade>. Acesso em: 04 de fev. 2020.

MADEIRO. Carlos, Governo não assenta famílias em 2017, e reforma agrária tem freio inédito no país (online), disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/06/governo-nao-assenta-familias-em-2017-e-reforma-agraria-tem-freio-inedito-no-pais.html>. Acesso em 29 de set. 2019.

MORAES, Isabela, MST: Você entende o que é esse movimento? (Online) disponível em <https://www.politize.com.br/mst-voce-entende-o-que-e-esse-movimento/>. Acesso 10 de dez. 2019.

REIS, Thiago e RAMALHO, Renan, Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018 (online) disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>. Acesso 28 de set. 2019

SANTOS, Milton – (org.) **Violências no tempo da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.

SILVA, Emiliana Andréo. **O Despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

TIEPOLO, Elisiani Vitória, **Paulo Freire E A Luta Pela Educação no MST**, EDUCERE, Paraná, 2015.

Submetido em 22-04-2020

Aceito para publicação em 15-10-2020